



ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

Ref.: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2019

Destino: Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Passa e Fica

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento dos serviços de telefonia móvel, para atender as necessidades desta Câmara Municipal de Passa e Fica-RN.

PARECER JURÍDICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. ARTIGO art. 13, inciso III c/c art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. ASPECTOS FORMAIS E LEGAIS. APROVAÇÃO.

I - INTRODUÇÃO

Trata o presente processo administrativo acerca do **ofício de nº 005/2019**, formalizado pela chefe de gabinete da Câmara Municipal de Passa e Fica - RN, com vistas à contratação da **OI MOVEL S.A**, no exercício de 2019, para prestação de serviços de fornecimento de telefone móvel, à Câmara Municipal de Passa e Fica - RN, mediante procedimento inerente à dispensa de licitação, na sua forma preconizada nos artigos. 13, III c/c art. 25, II, da Lei nº 8.666/93.

Formalizado o processo, foram os autos encaminhados ao Presidente da Câmara Municipal, o qual foi encaminhado à Comissão Permanente de Licitação que emitiu parecer favorável à realização da despesa. Ato contínuo, houve por bem solicitar a opinião deste órgão jurídico assessorante no que respeita à conforção legal da contratação da **OI**



MOVEL S.A., com base no parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, mediante dispensa de licitação, para prestação de serviços de fornecimento de telefone móvel à Câmara Municipal de Passa e fica - rn.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A inexigibilidade de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 1993 elenca a possibilidade quando existir inviabilidade de competição, in verbis:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...)"

No que respeita ao primeiro requisito, qual seja, a escolha do fornecedor, quer nos parecer, salvo melhor juízo, que fica caracterizado haja vista tratar-se de concessionária de serviço público que tem o fornecimento exclusivo, onde não haveria outra alternativa de prestação de serviços de telefonia.

Necessário, esclarecer que, por força do princípio da indisponibilidade do interesse público, a Administração deve agir com prudência e cautela, sempre com o intuito de resguardar o interesse público. Assim, ainda que a Administração dispense o instrumento próprio e típico de contrato, não pode dispensar as precauções fundamentais para resguardar o interesse público, prescrevendo os deveres e responsabilidades dos contratantes, nos moldes estatuídos nos incisos do artigo 55 e conforme determina o art. 62, § 2º, ambos da Lei nº 8.666, de 1993.

O tema posto a análise não comporta maiores digressões, posto que de fácil entendimento que a hipótese vivenciada nos presentes autos encontra-se disciplinada no plasmado do caput, do art. 25, da Lei 8.666/93, com suas posteriores alterações, sendo certo que a contratação da **OI MÓVEL S/A** pode perfeitamente se dar por inexigibilidade de Licitação, na forma prevista no inciso supramencionado, posto que no âmbito deste Estado a referida prestadora é a única empresa especialização em serviços de telefonia móvel, não se cogitando da existência de outra empresa concessionária desses serviços.



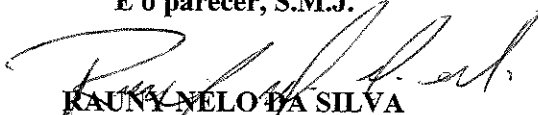
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSA E FICA
RUA ANTÔNIO CLEOFAS DA SILVA, Nº 81 CNPJ Nº 40.986.291/0001-53

III - CONCLUSÃO

- a) Diante do exposto, sou de parecer favorável à contratação da **OI MÓVEL S/A**, para prestação de serviços de telefonia móvel para atender às atividades da Câmara Municipal de Passa e fica - rn, mediante Inexigibilidade de Licitação, na conformidade do caput, do Art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.
- b) Encaminhem-se os autos ao gabinete do Presidente para as providências cabíveis que entender pertinentes junto à Comissão Permanente de Licitação.

Passa e fica- rn, 08 de março de 2019.

É o parecer, S.M.J.


RAUNI NELO DA SILVA
Assessor Jurídico da Câmara Municipal
OAB/PB 24.476